



Eleger os que “fazem, mas não roubam”

Marcus André Melo e Carlos Pereira

Como é possível explicar o aparente paradoxo da existência de políticos corruptos com forte apoio eleitoral em um quadro em que a corrupção é fortemente rejeitada? Ironicamente, se a população tivesse predileção pela corrupção não haveria paradoxo algum. E os políticos não teriam, por exemplo, que temer custos reputacionais gerados pelas CPIs. O argumento de que certas culturas toleram ou até preferem a corrupção não se sustenta à luz das evidências. Pesquisas revelam que a corrupção política em países anglo saxônicos — supostamente menos propensos à corrupção — como os EUA e a Inglaterra no século XIX, era tão elevada quanto na América Latina hoje. Mudou a cultura? Não, o que mudou foi a efetividade das instituições democráticas de “checks & balances”.

Uma pesquisa realizada pelo Ibope e comissionada por Winters e Shapiro, em 2010, mostra que 72% dos respondentes rejeitam a corrupção no Brasil. Entretanto, é público e notório o sucesso eleitoral de políticos sobre os quais pesam condenações nos Tribunais de Contas e no Judiciário. Uma explicação para o paradoxo de corrup-

ção impopular e malfeitores com forte apoio eleitoral é que o problema seria fundamentalmente “informacional”. Os eleitores não possuem informação crível sobre a corrupção. Uma vez informados — por meio da mídia, ONGs ou órgãos de controle — eles se comportam de forma consistente, penalizando o corrupto. Baixa “sophistication política” — ou seja, conhecimento precário sobre o funcionamento do sistema político — associada a fatores como renda ou escolaridade baixas também explicariam a inconsistência entre atitude frente à corrupção e voto.

Uma variante do argumento informacional centra-se na incapacidade dos eleitores em processar informações que recebem sobre corrupção. Esse problema se exacerba quando políticos corruptos saturam o ambiente com denúncias generalizadas de irregularidades confundindo assim o eleitor. No limite, defrontando-se com um “mar de lama” e com a incapacidade de discernir quem é e quem não é corrupto, os eleitores tornam-se cínicos e desconsideram a corrupção como dimensão relevante no seu cálculo político.

Outro argumento é que, na realidade, a corrupção é apenas uma das várias dimensões que os eleitores consideram em seu cálculo. Não existiria aqui pro-

blema informacional. Os eleitores vão ponderar a corrupção contra diversos fatores como ideologia, capacidade gerencial, religião ou lealdade regional, entre outros. A ideologia pode pesar mais do que sua visão sobre a moralidade pública: muitos italianos, por exemplo, preferiram votar em democratas-cristãos corruptos do que em comunistas honestos. Ou muitos preferem votar em políticos corruptos anti-aborto do que em ímpolitos candidatos pró-aborto. Os eleitores tornam-se assim vítimas de armadilhas ideológicas, étnicas e religiosas.

A terceira explicação — e seguramente a mais popular — refere-se, na realidade, ao quid pro quo entre candidatos e eleitores: estes trocariam seus votos por benefícios particularistas: como uma cesta básica ou outra benesse qualquer. A questão é mais complexa do que parece porque candidatos e eleitores podem renegar suas promessas. No caso do candidato, este pode deixar de prover o benefício prometido. No caso do eleitor, este pode deixar de votar no candidato prometido uma vez já tendo recebido o benefício.

Esse quid pro quo não precisa necessariamente envolver a distribuição de bens privados, mas também a oferta de bens públi-

cos, tais como infraestrutura urbana, escolas e postos de saúde. Essa é a lógica do conhecido “rouba mas faz”. Ou seja, mesmo eleitores bem informados podem votar em políticos notoriamente corruptos se estes propiciarem benefícios públicos em uma escala que compense os custos de eleger corruptos.

Investigamos essa hipótese com dados de Tribunais de Contas Estaduais sobre contas julgadas irregulares nas administrações municipais. Examinamos se as condenações do TCE afetaram as chances de reeleição de prefeitos em 184 municípios brasileiros nas eleições de 2000 e 2004. Os resultados dos nossos testes demonstram que cada conta rejeitada diminui a probabilidade de reeleição em 29%. A exposição da corrupção acarreta perdas eleitorais não triviais ao prefeito corrupto. Entretanto, quando consideramos o gasto da prefeitura do município em políticas públicas (tais como saúde, educação, transporte e construção de casas populares) o efeito negativo de corrupção sobre as chances de reeleição do prefeito desaparece.

A figura abaixo ilustra esse resultado. Quando o gasto em políticas públicas é baixo (um desvio padrão abaixo da média), o efeito negativo de corrupção sobre as chances de reeleição é mais

pronunciado (o que é mostrado pela forte inclinação da reta no gráfico). Entretanto, quando o gasto em políticas públicas é alto (um desvio padrão acima da média), o efeito negativo de corrupção sobre a probabilidade de reeleição diminui ou mesmo desaparece (a reta torna-se quase horizontal).

Efeito da Corrupção na Probabilidade de Reeleição de Prefeitos, segundo níveis de Gasto Público

Interpretamos este cálculo do eleitor sobre o comportamento “rouba mas faz” como se a informação sobre a corrupção gerada pelo TCE fosse apenas uma das fontes por ele consideradas na sua decisão de voto. O gasto em políticas públicas seria outra fonte crucial de informação sobre a conduta dos governantes. Ao formarem suas crenças a respeito das denúncias de corrupção, os eleitores confrontam as informações geradas pelos órgãos de controle e divulgadas pela mídia com sua experiência cotidiana do desempenho de governantes.

Os eleitores tendem a minimizar ou considerar pouco críveis informações sobre irregularidades cometidas pelos governantes se elas se distanciam em demasia da satisfação obtida por meio das suas experiências concretas como resultantes dos in-

vestimentos em políticas públicas. Inversamente, as denúncias de corrupção tendem a ser vistas pelos eleitores como mais plausíveis quando os investimentos públicos são baixos. Para o eleitor “quem não faz”, provavelmente está malversando recursos públicos.

O que poderia então romper o equilíbrio perverso resultante da lógica do “rouba mas faz”? Há aqui duas frentes a serem consideradas. Por um lado, há necessidade de se aperfeiçoar mecanismos de controle, tornar as instituições mais transparentes, garantir uma mídia investigativa e independente, e aumentar os custos da corrupção com punições exemplares pelos crimes praticados. Esse foi o caminho percorrido pela democracias maduras. Não será diferente no caso brasileiro. Por outro lado, o eleitor precisa, além de informação, retomar sua crença nas instituições políticas e na possibilidade de ter representantes que “fazem mas não roubam”.

Marcus André Melo é professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: marcus.melo@fgv.br e **Carlos Pereira** é professor titular da Escola Brasileira de Administração Pública – EBAPE da Fundação Getúlio Vargas – FGV. E-mail: carlos.pereira@fgv.br